



Senadores votarão em segundo turno, na quinta-feira, a mudança nas regras da imunidade parlamentar

Plenário deve apreciar 22 matérias na próxima semana

Entre os itens da pauta, constam três propostas de mudança da Constituição

A pauta do Senado para a próxima semana prevê a apreciação, pelo plenário, de 22 matérias, entre elas três propostas de emenda constitucional, projetos de renovação de funcionamento de emissoras de rádio e indicações de embaixadores e de ministros de tribunais superiores.

Das emendas constitucionais, deve ser votada em segundo turno, na quinta-fei-

ra, a proposta que limita a imunidade de deputados e senadores. Estarão em discussão, também, uma proposta do senador José Roberto Arruda que pretende efetivar os funcionários de empresas estatais cedidos à administração direta há mais de dez anos e a proposta de emenda constitucional que faz mudanças na lei de inelegibilidades.

Página 3

Inelegibilidade por parentesco pode acabar

Por delegação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Edison Lobão elabora proposta de emenda constitucional extinguindo a inelegibilidade de parentes de presidente da República, governador ou prefeito. "O instituto da reeleição acabou por tornar obsoleta a restrição prevista na Constituição de 1988", afirma Lobão.

Página 3



Lobão: restrição sem sentido

Joel de Holanda pede a construção da Transnordestina como prioridade nacional



Hollanda defende ferrovia para desenvolver Nordeste

O senador Joel de Holanda defendeu a construção da ferrovia Transnordestina como prioridade nacional em política de transportes. "A combinação ferrovia-hidrovia é hoje a mais importante opção para o pleno desenvolvimento, para a integração nacional e para a

diminuição do chamado 'custo Brasil'", afirmou, acrescentando que a economia regional será imediatamente beneficiada pelo projeto. Segundo ele, o país errou ao optar pelo transporte rodoviário a partir da década de 50. Página 4

NESTA EDIÇÃO

Alcântara quer reduzir mandatos

Senador acha que o período de oito anos afasta o parlamentar do cidadão. Página 4

Senado avança na informática

PÁGINA 2

Agenda

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS
PLENÁRIO

Segunda-feira (15.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (16.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Primeira dia de discussão do segundo turno do Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar. "Projeto de Resolução nº 61/98, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado do Rio de Janeiro, destinando-se os recursos ao giro da sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998. "Projeto de Resolução nº 62/98, que autoriza o município de São Paulo a emitir letras financeiras do tesouro, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998. "Projeto de Resolução nº 63/98, autorizando a elevação temporária no limite de endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos-SP, com vistas à contratação de operação de financiamento com recursos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Saneamento, primeiro dia de discussão do primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta. "PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Ana do Livramento-RS. "PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaíba S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre-RS. "PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória-ES. "PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à L. A. Pereira e Oliveira Ltda.-ME, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento-RS, e "PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão defendida a Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista-SP. "Quarta-feira (17.6.98)

11h - Sessão especial destinada a prestar homenagens ao ex-ministro Sérgio Motta

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Segundo dia de discussão do segundo turno do Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar, votação, em primeiro turno, das PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre a ineligibilidade, "segundo dia de discussão do primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta. "PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Patnarca de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia-MS. "PDL nº 123/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora ABC Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André-SP. "PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente-SP. "PDL nº 126/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia-PR. "PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí-SC. "Parecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Doutor Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte-MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista. "Parecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Doutor Carlos de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre-RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista. "Mensagem nº 144/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Paulo Dyrce Pinheiro, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Cingapura, e "Mensagem nº 161/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sérgio

Barcelos Telles, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Terceiro e último dia de discussão do segundo turno da PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar, "terceiro dia de discussão do primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "Requerimento nº 350/98, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 109/97, com o PLS nº 75/97, por versarem sobre contratação, pelo estado, de empresas que utilizam trabalho infantil; "Requerimento nº 365/98, de autoria do senador Odair Soares, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 19/98, com o nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juizes classistas; e "Requerimento nº 400/98, de autoria do senador Bello Parga, solicitando retirada do PLS nº 116/98, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.

Sexta-feira (19.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (16.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; "PLC nº 89/92, que concede isenção do imposto sobre produtos industrializados e do imposto de importação relativamente a equipamentos e fatores educacionais adquiridos por pessoas portadoras de deficiência; "PLC nº 03/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e "Mensagem nº 161/98, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150 milhões, entre o Brasil e o Brasil e o Brasil, e o Brasil, parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (17.6.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no ato das disposições transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da renúncia de mandatos de cargos executivos; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da conexão geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 31/96, que suprime os §§ 2º e 3º do art. 223 da Constituição federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - Fatoragem; "PLC nº 107/98, que altera a Lei nº 935, de 10/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; "PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; "PEC nº 43/96, que altera o art. 45 da Constituição (eleitoral distrital misto); "PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sial e outros sistemas de informações de órgãos públicos; "PLS nº 252/96, que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas, no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29/3/90; "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 38/97, que torna obrigatória a referência no seu ato eleitoral nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas; "PLS nº 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo; "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistados; e "PLC nº 16/98, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal do Primeiro Grau da 4ª Região

Quarta-feira (17.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao artigo 848 da CLT para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; "PLS nº 135/94, que dá nova redação ao § 1º do artigo 651 da CLT; "PLS nº 291/97, que cria o Adicional de Melhoria Ambiental (Ama), incidente sobre os preços de venda de combustíveis fósseis, e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental (Fama); "PLS nº 131/96, que dispõe sobre a língua brasileira do sinais; "PLS nº 329/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; "PLS nº 301/95, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais; "PLS nº 69/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da foneação de voz; "PLS nº 175/96, que dispõe sobre a interrupção do contrato individual de trabalho por tempo determinado, decorrente da licença-emprego motivada por dificuldade econômica ou financeira da empresa

Fábrica de software aprofunda o uso de novas tecnologias para melhorar desempenho

Senado inaugura
Laboratório Vivo
do Legislativo

O Senado Federal está dando um passo decisivo para aprofundar o uso de suas tecnologias de informação como ferramenta para o aprimoramento institucional. Na próxima quarta-feira, às 11 horas, serão inaugurados a Fábrica de Software e o Laboratório Vivo do Legislativo.

Através da fábrica, o Senado poderá reorientar seus sistemas e processos de trabalho, otimizando recursos humanos e infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a produtividade. O Laboratório Vivo do Legislativo é o ambiente onde a Fábrica de Software é operada.

A Fábrica de Software é composta por um conjunto de equipamentos, programas e recursos humanos que, utilizando uma metodologia de modelagem de processos, permite gerar, de forma semi-automática, sistemas informatizados de informação. O seu grande diferencial é permitir que o usuário participe diretamente na escolha do sistema que ele próprio vai utilizar.

Os equipamentos e programas instalados no Senado permitem ao técnico, orientado pelos usuários, editar os diversos passos da rotina em análise, representando graficamente, em detalhes, cada tarefa a ser executada. Os problemas complexos vão sendo desmembrados em suas tarefas mais simples, tomando fácil diagnóstico as dificuldades.

Fragmentado em suas atividades elementares, o processo pode ser visualizado no computador. A Fábrica de Software permite ao usuário a visualização gráfica de todo o seu processo de trabalho,

possibilitando a simulação do funcionamento do novo modelo. Na simulação, é possível verificar gargalos e ociosidades, seja de infra-estrutura ou de recursos humanos. O sistema ainda permite acompanhar os elementos exteriores que interferem no processo de trabalho (normas e padrões que devem ser seguidos), apresentando alternativas para a adequação de

"Será possível verificar gargalos e ociosidades, seja de infra-estrutura ou de recursos humanos."

normas a um melhor funcionamento do sistema.

Após as simulações, é possível melhorar a operação, sugerindo alterações na execução das tarefas mais simples, remanejando recursos e alterando ações. A Fábrica de Software possibilita a melhoria da performance do sistema, a redução de custos com tarefas, pessoal e equipamentos desnecessários e a satisfação do usuário, que trabalhará num processo que ele mesmo definiu e com o qual está mais comprometido.

O Laboratório Vivo do Legislativo permitirá que sejam modeladas alternativas para a escolha do melhor caminho de transição do sistema atualmente em uso para o novo. Ele também será um espaço experimental dedicado ao usuário para a busca de soluções no aprimoramento de seu processo organizacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluza Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacil da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jânira Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Votação, em segundo turno, da proposta que facilita a abertura de processos contra deputados e senadores deve ser realizada na quinta-feira. Emenda é uma das 22 matérias incluídas na pauta da próxima semana

Plenário vota emenda da imunidade parlamentar

O plenário do Senado apreciará na próxima semana 22 matérias, entre elas três propostas de emenda constitucional, dez projetos de renovação de funcionamento de emissoras de rádio e algumas indicações de embaixadores brasileiros e ministros de tribunais superiores. Das emendas



Fogaça é o autor do substitutivo em discussão

constitucionais, deve ser votada em segundo e último turno, na quinta-feira, dia 18, a proposta que limita as imunidades de deputados e senadores.

Trata-se de um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a nove propostas de emenda constitucional destinadas a tornar mais fácil a abertura de processo, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), contra deputados federais e senadores. O substitutivo foi aprovado por unanimidade no último dia 4 pelo plenário, em primeiro turno, e prevê que o STF poderá iniciar o processo caso a Câmara ou o Senado não se pronunciem sobre o pedido do Supremo em 120 dias. Os parlamentares continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos, mas os crimes cometidos antes da posse do deputado ou senador ficarão fora da imunidade.

Também nesta próxima semana o plenário discutirá uma emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que pretende efetivar, sem a necessidade de concurso público, os funcionários de empresas estatais cedidos à ad-

ministração direta há mais de dez anos. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou substitutivo à proposta, permitindo que os funcionários de autarquias e fundações cedidos há mais de cinco anos também possam ser efetivados na administração direta.

Consta também da Ordem do Dia, para apreciação na quarta-feira, dia 17, emenda constitucional que faz mudanças na lei de inelegibilidades. A proposta é originária da Câmara, mas o senador Edison Lobão (PFL-MA) foi encarregado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de preparar um substitutivo ao projeto (veja matéria nesta página). Ele pretende acabar com os impedimentos para que cônjuge, filhos, pais, irmãos, sogros e cunhados de governadores, prefeitos e presidente da República possam se candidatar na mesma jurisdição. Para Lobão, depois que foi introduzida no Brasil a reeleição, perdeu sentido manter inelegíveis esses parentes.

O Senado fará ainda nesta próxima semana uma sessão solene em homenagem ao ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, que morreu em abril último.

CAE irá examinar isenção de impostos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se na próxima terça-feira, às 10 horas, para examinar, entre outras matérias, projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativos a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência.

Consta também da pauta mensagem do Executivo que solicita ao Senado autorização para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 150 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos estão previstos para financiar parte do Programa de Modernização do Setor de Saneamento.

A CAE poderá deliberar ainda sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal e a respeito da multa incidente sobre débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



Pedro Piva presidirá sessão



Reeleição tornou obsoletas restrições da lei, diz Lobão

Lobão quer pôr fim à inelegibilidade de parentes

"Quem pode mais pode menos." Com essa frase, o senador Edison Lobão (PFL-MA) justificou proposta de emenda constitucional que está elaborando com o propósito de extinguir a inelegibilidade de um candidato em razão de seu parentesco com o presidente da República, governador ou prefeito. "A possibilidade dos titulares desses cargos poderem concorrer à reeleição torna sem sentido a proibição de candidatura de qualquer de seus parentes", destacou.

Lobão recebeu a incumbência de elaborar a proposta, por delegação dos titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), depois de ter sido o relator de duas outras emendas constitucionais, aprovadas na Comissão, que reduziam os casos de inelegibilidade previstos na Constituição ao retirar "os parentes afins de segundo grau", como cunhados, avós e netos dos cônjuges, mantendo apenas os consanguíneos, como pais, irmãos, filhos e netos, além de afins como o cônjuge e genros (noras).

"Opete por eliminar todos os impedimentos de candidatura por parentesco, por considerá-los discriminatórios e incompatíveis com a nova ordem jurídico-eleitoral que foi criada pelo instituto da reeleição. Se o presidente, governador e prefeito podem disputar a reeleição, sem afastar-se do cargo, por que impedir que parentes próximos, até de primeiro grau, como sua mulher (ou

marido), irmão, pais ou filhos possam se candidatar?", perguntou Lobão.

Para o senador, a inelegibilidade por parentesco nasceu da preocupação com a redução da fraude eleitoral, do clientelismo e do coronelismo, práticas condenáveis na disputa pelo poder político que marcaram a História do Brasil, especialmente durante a República Velha (antes de 1930). "Ficou consagrada uma legislação bastante rigorosa, visando ao estabelecimento da verdade eleitoral e à democratização do jogo eleitoral."

É prosseguiu: "Três ou quatro gerações depois, as condições político-eleitorais são inteiramente diversas. A urbanização, a evolução dos meios de transporte e, principalmente, a verdadeira revolução criada pela mídia propiciaram a qualquer cidadão o acesso a informações políticas, ampliando a liberdade do eleitor e rompendo o vínculo que o prendia ao chefe político local".

Ao finalizar, Edison Lobão afirmou que a liberdade de imprensa tornou-se instrumento eficiente para combater a corrupção e a possibilidade do uso da máquina administrativa nas eleições: "O instituto da reeleição acabou por tornar obsoleta qualquer restrição à candidatura de parentes dos titulares dos cargos de presidente, governador e prefeito, conforme estava prevista na Constituição de 1988".

Segundo o senador, a combinação ferrovia-hidrovia é, hoje, a mais importante opção para o pleno desenvolvimento, a integração nacional e a diminuição do chamado "custo Brasil"

Hollanda defende integração de transportes

A construção da ferrovia Transnordestina foi defendida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Para ele, "a combinação ferrovia-hidrovia é, hoje, a mais importante opção para o pleno desenvolvimento, para a integração nacional e para a diminuição do chamado 'custo Brasil'".

— O futuro do Brasil no século XXI está na dinamização dos transportes hidroviários e ferroviários — afirmou o senador.

A Transnordestina, segundo ele, terá duas etapas. A primeira integra o trecho Petrolina-Salgueiro-Missão Velha. Entre Petrolina e Salgueiro são 231 quilômetros a um custo de implantação total de R\$ 129 milhões. O trecho entre Salgueiro e Missão Velha, no Ceará, tem 113 quilômetros e está orçado

em R\$ 64,5 milhões — ambos os cálculos referem-se a dados de 1991.

Joel de Hollanda elogiou os esforços do vice-presidente da República, Marco Maciel, e do então superintendente da Sudene, general Newton Moreira Rodrigues, para a realização da obra. Segundo o senador, as autoridades partem agora para a viabilização rápida de R\$ 380 milhões que serão destinados à construção dos trechos citados e à recuperação do trecho entre Recife e Salgueiro, com 595 quilômetros.

O protocolo de intenções para a construção da Transnordestina foi assinado em 13



Hollanda: prioridade para a Transnordestina

de fevereiro último entre o Ministério dos Transportes, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). O senador assinalou que "as partes responsáveis consideram que a presença da iniciativa privada é fundamental tanto para promover o desenvolvimento regional

quando para diminuir o 'custo Brasil'".

Para Joel de Hollanda, a ferrovia Transnordestina deve ser prioridade nacional em matéria de política de transportes.

— A economia regional será imediatamente beneficiada porque aumentará em muito o fluxo das riquezas com transporte a custo baixo e será fortalecida igualmente a integração com uma grande área econômica — afirmou.

O senador lamentou a opção brasileira pelo transporte rodoviário a partir da década de 50. Lembrando que as ferrovias e as hidroviárias transformaram os Estados Unidos no maior e mais dinâmico mercado interno do mundo, salientou que no Brasil, ao contrário, "as rodovias promoveram a integração

nacional a um preço absurdo em termos políticos e econômicos". Segundo o senador, gasta-se anualmente "um verdadeiro absurdo" na manutenção das estradas de rodagem, dinheiro que poderia ser destinado à construção de escolas e à melhoria da merenda escolar.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a integração que será proporcionada pela Transnordestina. Já o senador Bello Parga (PFL-MA) lembrou que a integração proporcionada pela ferrovia Norte-Sul possibilita que a soja, produzida no estado de Mato Grosso, saia pelo Maranhão a um custo 50% menor que se fosse escoada pela região Centro-Sul.

Alcântara quer redução do mandato de senador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu quarta-feira o aperfeiçoamento do regime democrático no Brasil mediante uma ampla reforma política e partidária que inclua especialmente a redução do mandato dos senadores. Alcântara disse que sua preocupação concreta e objetiva é com o Congresso Nacional e com

uma maior representatividade política do Senado Federal.

O senador lembrou que, em 26 de outubro de 1995, ocupou a tribuna para defender a redução de oito para quatro anos do mandato dos senadores. "Passados três anos de atuação nesta Casa, observo com ainda maior convicção a procedência daquela proposta, de resto defendida nesta Casa também por alguns de

meus pares", afirmou o senador.

Para Alcântara, a tese da redução do mandato não é negativa, mas é uma forma de aproximar parlamentar e cidadão, diminuindo o espaço, que considera excessivo, entre a vontade do povo e as decisões do Congresso.

— Oito anos são muito tempo para um mandato eletivo. Tanto assim que pouquíssimos são os



Alcântara é a favor de uma ampla reforma política

países onde se adota um período tão longo para um parlamentar eleito. Oito anos são tempo suficiente para que os compromissos eleitorais se descolam do conjunto de preocupações do eleitorado. Quatro anos são um período

suficiente para que um senador possa cumprir suas pretensões legislativas e dar aos seus eleitores, na justa medida, uma satisfatória resposta à confiança recebida — explicou Lúcio Alcântara.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
8h - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-âmbito e a seca no Nordeste
9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
Logo após: Palestra com José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz, sobre o Timor Leste
12h15 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
13h15 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-âmbito e a seca no Nordeste
14h30 - Sessão plenária (representação)
Logo após: Seminário sobre dessalinização
18h45 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
19h30 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE)

PE) sobre os projetos para o semi-âmbito e a seca no Nordeste

- 20h30 - "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala, Cidadão"
22h - "Jornal do Senador"
0h - "Fala, Cidadão"

Obs. Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens institucionais e especiais

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senador" (1ª edição)
9h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senador" (2ª edição)
15h - Retransmissão da sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senador" (3ª edição)

22h40 - Música e informação até as 7h30

SABADO

- 10h30 - "Autores e Livros"
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - O violonista Yo Yo Ma interpreta tangos eruditos do compositor Astor Piazzolla
16h - "A Música do Brasil" - O programa trata da fase do compositor Dorival Caymmi voltada para canções sobre o mar. O próprio Caymmi interpreta canta suas composições
20h - "Instrumental de Ouro" - O artista do mês é Altamiro Carrilho, considerado o maior flautista da MPB
22h - "Brahms - Vida e Obra" - Segundo dos 34 programas sobre um dos maiores compositores do século passado, Johannes Brahms

DOMINGO

- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)